

**ATA DA DUCENTÉSIMA SEXTAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CÂMARA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE
CNPJ/MF nº 03.034.433/0001-56**

REUNIÃO 012-2022

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2022, às 10h (dez horas), reuniram-se na forma virtual, os Conselheiros Fiscais, Olival Fernando Lima Schultz, Leonardo Faria Landim, Mariane Lohn, Bruno Bastos Resende, Kleberson Luiz da Silva, e Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos, para realização da 262ª Reunião do Conselho Fiscal. Cumpridas as formalidades legais, com posterior assinatura da lista de presença, os Conselheiros Fiscais convidaram a mim, Kamila Almeida, para secretariar a presente Reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- Item 1. Apresentação da Segunda Revisão do Planejamento Orçamentário 2022;
- Item 2. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de agosto de 2022;
- Item 3. Apresentação Status Portaria 514 – Fase 5;
- Item 4. Apresentação Status Certificação Hidrogênio; e
- Item 5. Assuntos Gerais.

Ato contínuo, os Conselheiros passaram à discussão dos assuntos da Ordem do Dia:

Item 1. Apresentação da Segunda Revisão do Planejamento Orçamentário 2022 – Participaram da reunião a Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente de Contabilidade, Custos e Controladoria, e o Sr. Marcos Luna, profissional da referida área, para efetuar a apresentação do item. A executiva Priscila Horie deu início à apresentação ressaltando que falaria a respeito da 2ª Revisão Orçamentária de 2022, que contempla 8R+4P, sendo: (i) 08 Meses Realizados (Janeiro - Agosto); e (ii) 04 Meses Projetados (Setembro - Dezembro). Dito isto, a executiva passou a apresentar as principais premissas de Folha de Pessoal, com destaque nos pontos mais relevantes. Ato contínuo, Priscila informou que até a revisão do primeiro ciclo, falava-se em um saldo negativo de - R\$ 2.453 mil, porém, na segunda revisão, o saldo previsto é de R\$ 1.696 mil, ou seja, uma variação entre as revisões de R\$ 4.149 mil (2,1%), advindas principalmente, dos grupos de despesas: (i) Pessoal; (ii) CliqCCEE; (iii) Outras Despesas Gerais e; (iv) Projetos Sazonais. Adicionalmente, foi observado uma previsão maior nos custos com a desmobilização do 7º e 11º andares e readequação do 12º e 13º andares para atender as condições para o trabalho no sistema híbrido. Após a reunião técnica o Conselho de Administração decidiu pela aprovação mínima da implantação do projeto de readequações dos andares 12º e 13º andares, limitadas à previsão de despesas de R\$ 500 mil. Diante disto, a REV02 do Orçamento 2022 passou a compor uma previsão de sobra de R\$ 4.696mil, equivalente a 3,7% que será utilizada para outras frentes e/ou abatimento na parcela de contribuição associativa de dezembro/22.

Item 2. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de agosto de 2022 – Compareceram à reunião a Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente de Contabilidade, Custos e Controladoria e o Sr. Marcos Luna, contador, para efetuar a apresentação do item. Marcos Luna realizou a apresentação das principais variações tributárias que ocorreram no mês de agosto de 2022 e, sendo assim, prosseguiu abordando os seguintes temas (i) Análise Geral das Contas – ativo circulante caixas e bancos – entrada de emolumentos, Reciprocidade do Bradesco e CAFT; (ii) Evolução DRE; (iii) Abertura por Mercado; e (iv) Fatos relevantes ocorridos no mês.

Item 3. Apresentação Status Portaria 514 – Fase 5 – Compareceram à reunião a Sra. Yandra Cristina, profissional da área de Assessoria de Gestão da Estratégia, Desenho Organizacional e Novos Serviços e Bruno Hiaroka, profissional da área de Medição Contábil. Yandra Cristina deu continuidade destacando que o objetivo apresentar o status da implementação da fase 5 da Portaria 514/18, na qual a partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga igual ou superior a 500 kW, atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (Incluído pela PRT MME 465, de 12/12/2019). Ressaltando ainda que, o MME publicou a Portaria nº 50/2022, a partir de janeiro/2024 os consumidores com carga inferior a 0,5 MW, desde que estejam no grupo A, embaixo de comercializador varejista, também serão elegíveis para se tornarem consumidores livres. Ao realizar uma contextualização a respeito dos atos elegíveis, Yandra ressaltou um aumento significativo da quantidade de ativos elegíveis para a Fase 5, se comparado com as fases anteriores, chegando a 8.889 ativos, dos quais 13% terão perda de elegibilidade de comunhão, o que corresponde a 1.195 ativos. Para preparar a CCEE para a operacionalização, foi criado o pré-projeto a fim de construir uma proposta de operacionalização para o enquadramento dos consumidores à Portaria 514/18, a partir de janeiro de 2023. Sendo assim, primeiramente foram apresentadas premissas, mantendo algumas da fase anterior e criando novas para a fase 5. São elas: (i) Criação de Perfil, status em adesão, de forma automática pela CCEE, para os ativos elegíveis; (ii) Migração Automática dos ativos elegíveis, desde que os agentes não realizem a solicitação de modelagem e não tenham aprovadas, pelo CAD, condições impeditivas à migração (Criação do Formulário Padrão para a manifestação de condições impeditivas); (iii) Comunhão de Ativos (ativos com perda de elegibilidade de comunhão serão mantidos como especiais, desde que não se manifestem contrário, neste caso também foi criado o formulário padrão para a manifestação); (iv) Validação do MUSD (alteração no processo de validação do MUSD pelas distribuidoras, para os casos de modelagem automática pela CCEE, via planilha e comunicando apenas necessidades de alterações no valor do MUSD, não sendo necessária a validação individual no SIGA); (v) Lista de Perfil (divulgação da lista de perfis ativos aos agentes); e (vi) Adicionais (antecipação de atividades pelos agentes e plano de comunicação e capacitação). Além disso, foi ressaltado que foram mantidos pontos de monitoramento em relação ao processo, a fim de garantir a operacionalização (i) Monitoramento das novas solicitações de modelagem realizadas após a criação do perfil para identificar se existem cargas acima de 0,5 MW; (ii) Monitoramento dos perfis, e criação de novos perfis para novos ativos elegíveis modelados; (iii) Validação do MUSD pelas distribuidoras; (iv) Monitoramento do registro e das cessões dos contratos – ausência de contratos no perfil novo; e (v) Monitoramento do histórico de sucessão. Na sequência, Yandra apresentou a proposta de operacionalização e o status geral da implementação, desde a criação dos perfis até o período de registro e cessão dos contratos em fevereiro de 2023, destacando as ações realizadas até o momento. Uma grande novidade é a criação de uma página no site relacionada a essa operacionalização e, além disso, um FAQ, com as principais perguntas e respostas relacionado. Ademais, durante todo o período, serão realizadas ações de comunicação no intuito de orientar os agentes e reforçar as datas limites da proposta de operacionalização. Por fim, foram registrados os próximos passos para implementação da fase 5. O conselho fiscal agradeceu e parabenizou à CCEE.

Item 4. Apresentação Status Certificação Hidrogênio – Compareceram à reunião o Presidente do Conselho de Administração da CCEE, Sr. Rui Altieri e a vice-presidente Talita Porto, para realizar a abertura do tema, o Sr. Rodolfo Aiex, Gerente Executivo de Relacionamento e Informações, e o Sr. Ricardo Gedra, Gerente da área de Análise e Informações ao Mercado. O Presidente Rui Altieri informou que a certificação tomou uma proporção muito grande e que a CCEE tem se esforçado para apoiar essa nova atividade. Destacou ainda que, esse tema é muito relevante e importante, não só para a CCEE, mas para desenvolvimento do Brasil. Dando sequência na apresentação Ricardo Gedra pontuou a estratégia empresarial das empresas, como por exemplo

a utilização de carros elétricos, em detrimento dos veículos a diesel que são poluidores. Com o advento do hidrogênio verde, algumas empresas consumirão esse produto, principalmente na questão de descarbonização de seus processos, com isso, será necessário que essas empresas comprovem que de fato estão fazendo algo para descarbonização, para não correr o risco de ser tachada por empresas que pratiquem o “greenwashing”, que são as empresas que assumem a responsabilidade de contribuir para descarbonização dos seus processos, mas não aplicam esse conceito na prática. Após a análise desse fator, foi possível pensar em um modelo de negócio em que a CCEE atuará como uma verificadora da energia renovável, comprovando a sua utilização. Para isso, há algumas iniciativas em andamento (i) GT nacional sobre a certificação; (ii) Internacionalização da certificação; (iii) Participação nas Câmaras temáticas do PNH2; e (iv) Desenvolvimento de um MVP de certificação. Rui Altieri informou que 93% da energia produzida entre janeiro e setembro de 2022 foi de fonte renovável, e além de ter uma grande demanda, há uma grande disputa comercial. É necessário que o Brasil enfrente essa discussão conceitual, para não renunciar à complementaridade energética e sistema de transmissão, sendo uma grande oportunidade para o setor elétrico e para o Brasil.

Item 5. Assuntos Gerais – Os conselheiros fiscais registraram o entendimento de assuntos a serem pautados na próxima reunião do Conselho Fiscal, a ser realizada em 07.12.2022.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados.

São Paulo, 19 de outubro de 2022.

Olival Fernando Lima Schultz
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Faria Landim
Conselheiro Fiscal

Mariane Lohn
Conselheira Fiscal

Bruno Bastos Rezende
Conselheiro Fiscal Suplente

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Conselheira Fiscal Suplente

Kleberson Luiz da Silva
Conselheiro Fiscal Suplente